



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682635 - SP (2021/0234084-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : HELGA SCHMIDT DO PRADO
ADVOGADO : HELGA SCHMIDT DO PRADO - SP148960
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CARLOS DANIEL DE SOUSA (PRESO)
CORRÉU : SIDNEI BEZERRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE CARLOS DANIEL DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o JUIZ DA 11ª VARA CRIMINAL DO FÓRUM DA BARRA FUNDA DE SÃO PAULO (Processo n. 1523923-78.2020.8.26.0228-2020/001328)

O paciente foi condenado às penas de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 14 dias-multa, como incurso no art. 157, *caput*, § 2º, incisos II e V, c/c o art. 61, inciso II, alínea "j", ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que não houve fundamentação idônea para a escolha do regime prisional mais gravoso.

Alega que o paciente faz jus ao regime inicial semiaberto, porquanto é primário, tem carteira de trabalho, residência fixa e "*ficou todos esses anos na rua trabalhando honestamente e sem cometer nenhum delito*" (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja readequado o regime prisional do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Preliminarmente, percebe-se a manifesta incompetência do Superior Tribunal de Justiça para análise do presente *mandamus*, uma vez que impetrado contra decisão de autoridade não constante do rol taxativo previsto art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO QUE APONTA COMO AUTORIDADE COATORA JUIZ DE 1º GRAU QUE MANTEVE A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Tratando-se de insurgência voltada contra ato de Juízo de primeiro grau, é flagrante a incompetência desta Corte Superior de Justiça para processar e julgar originariamente este habeas corpus, ante a não incidência do disposto no art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal. 2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 621817 / SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 17/11/2020, Dje 23/11/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar o presente writ, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, independentemente da publicação, para que adote as providências pertinentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência